

SNI vigiará obediência a orçamento

TERÇA-FEIRA, 19 DE JULHO DE 1988

O presidente Sarney quer a "punição exemplar" de quem não cumprir orçamento

BRASÍLIA — Qualquer dirigente do setor público que deixar de cumprir à risca o que está previsto nos orçamentos da União e das empresas estatais será "exemplarmente punido", segundo determinação do presidente José Sarney. O controle rígido do cumprimento das normas orçamentárias, de modo a evitar desvios na aplicação de recursos, vai ser exercido pelo Ministério do Planejamento e pelas chefias do Gabinete Civil e do Serviço Nacional de Informações (SNI), segundo se afirmou ontem no Palácio do Planalto.

A cobrança da rigidez na execução orçamentária é considerada fundamental pelo governo para que nenhum setor da administração pública caia na "tentação" de embarcar na campanha eleitoral este ano. Entende o presidente Sarney que, do ponto de vista de recursos financeiros, o governo deve se manter afastado das eleições municipais. O presidente Sarney, segundo se afirma no Planalto, não está disposto a tolerar manipulações orçamentárias com intuições eleitorais, e que viriam, segundo sua avaliação, comprometer as metas de controle do déficit público.

Os recursos liberados para um determinado programa previsto no orçamento terão de ser gastos, efetivamente, com aquele programa. Se for identificado um desvio de recursos para outras finali-

dades que não restritamente previstas no orçamento, os responsáveis serão punidos com rigor, tendo de responder a inquéritos administrativos e, comprovada a culpa, serão afastados dos seus cargos.

O presidente Sarney — dizia-se ontem no Palácio do Planalto — está disposto a levar até as últimas consequências o controle do déficit público, e não vai tolerar "nenhum teste da sua autoridade". As metas de se reduzir o déficit público este ano para 4% do PIB (Produto Interno Bruto), e para 2% em 1989, são consideradas irreversíveis.

O próprio presidente Sarney deverá se encarregar de transmitir pessoalmente sua determinação de rigidez no cumprimento dos orçamentos da União e das estatais a cada um dos ministros de Estado, durante os próximos despachos concedidos no seu gabinete.